

ASPECTOS DA PROPOSTA DE SIGÉRIO DE BRABANT CONTRA A “DISTINÇÃO REAL”: O ARGUMENTO SEMÂNTICO

Luiz Fernando Pereira de Aguiar
DF – FFLCH (USP)
luiz.aguiar@usp.br

RESUMO: Nesse texto, pretendemos mostrar a resposta de Sigério de Brabant contra a distinção real entre ser e essência, a partir da edição de Dunphy do manuscrito de Munique (1981). Sigério monta seu argumento em dois momentos: a) desmobilização de argumentos que ele considera representativo da distinção real; b) análise da proposição “*res est ex seipso*” e do termo “*ex*”. Os defensores da distinção real consideram a proposição mencionada como falsa, pois nenhum causado, “*res*”, teria o ser a partir de sua própria essência (“*ex seipso*”), uma vez que há um Primeiro Princípio “doador” de ser. Sigério, partindo dos mesmos pressupostos que os defensores da distinção real, chega a uma conclusão diversa. O texto procura mostrar esse processo comentando alguns excertos chave, buscando respeitar a ordem na qual eles aparecem no texto e as tensões internas que esses excertos possuem. Em seguida, tendo em vista os resultados do comentário, gostaríamos de organizar o argumento de Sigério contra a distinção real em uma ordem lógica, a qual permitiria melhor visualização da intenção do autor.

PALAVRAS-CHAVE: Sigério de Brabant, distinção real, ser, essência, coisa, semântica.

ABSTRACT: In this text we intend to show Siger’s of Brabant answer against the real distinction between “to be” (*esse*) and essence from Dunphy’s edition of the Munich’s manuscript (1981). Siger prepares his problem in two ways: a) demobilization of topics that he treats as typical of the real distinction; b) analysis of the proposition “*res est ex seipso*” and of the term “*ex*”. The proponents of the real distinction hold the indicated proposition as false, for no caused thing, “*res*”, would have “to be” from its own essence (“*ex seipso*”), since there is a First Principle that “gives” “to be” (*esse*) to the caused things. Siger, starting from the same presuppositions that the real distinction proponents, arrives at a diverse conclusion. The text intends to show this process by commenting some key-excerpts, seeking out to respect the order in which they appear and their inner tensions. Then, having the results of the commentary, we would like to present Siger’s position against the real distinction in one kind of logical way, which would grant us with a better view of the author's intentions.

KEYWORDS: Siger of Brabant; real distinction; being or “to be”; thing; essence; semantic.

Introdução

Nós objetivamos analisar a resposta de Sigério de Brabant a um argumento da solução da questão 7 da introdução das *Quaestiones In Metaphysicam* (Ed. Dunphy, 1981, ms. Munique – Clm 9559, pp. 43-44, lin. 80-06)¹. Nessa resposta, Sigério desmobilizaria um argumento, tal como teria sido armado por Alberto Magno e Avicena, que ficou conhecido como “distinção real entre ser e essência”². A atribuição do argumento a Alberto encontra-se na margem do manuscrito e foi incorporada ao texto pelo editor Dunphy: [...] *opinio Alberti Commentatoris* (pp. 43-44, lin. 83-84). Por sua vez, a atribuição a Avicena encontra-se no corpo do manuscrito: *et Avicena decpetus fuit per aequivocationem de ly ‘ex’* (p. 44, lin. 98-99)³. A característica principal desse argumento é estabelecer uma resposta contra a distinção real tendo como característica principal uma análise semântica dos termos em jogo.

Para que tenhamos em vista onde se insere o argumento sobre a distinção real e sua respectiva desmobilização por Sigério, faz-se necessário descrever a questão, assim, teremos uma ideia mais clara da distância entre uma montagem lógica do problema e o modo como ele nos é exposto. A questão como um todo pode ser dividida em 5 partes⁴:

1 Gostaria de agradecer a meu orientador Prof. Dr. Carlos Eduardo de Oliveira pelo apoio, pelas sucessivas discussões a respeito do tema e pela revisão da tradução que eu havia proposto da solução dessa questão. Todas as traduções que se encontram nesse artigo são de nossa autoria (não encontramos nenhuma tradução do ms. Munique).

2 Para um breve mapeamento das propostas de análise sobre a posição de Sigério na questão tratada, vide Gilson (1952), pp. 61-69; Gilson ([1948] 2016), pp. 85-94; Carol (1991), em especial pp. 33-54; Maurer (1946); Maurer (1990), capítulos 8-10, especialmente cap. 8; König-Pralong (2005), pp. 35-53; Imbach (1981), a partir da parte III, especialmente pp. 309-316; Van Steenberghen (1977), especialmente pp. 280-292; Flasch (2008), pp. 127-141; Hissette (1979); Wippel in Kretzman e outros (1984), especialmente, pp. 398-401; e, por fim, Wippel (2005).

3 Aqui, Dunphy seguiu a disposição de outros editores do texto como Maurer (1946, p. 70, nota 18) e Graif (1948, p. 14, nota 17). Maurer, no texto aludido, editou apenas a questão 7 da introdução e já anunciava a edição que Graif preparava: “Father Van Steenberghen has recently announced that this work will be published by Dom A. Graiff” (1946, p. 68).

4 Uma outra divisão possível é aquela exposta por Carol (1991), no extrato de sua tese defendida em Navarra, disponível na internet. A diferença fundamental entre a divisão proposta por ele, na qual me baseio, e a minha concerne ao papel das lin. 81-06 (pp. 43-44). Carol acredita que o argumento exposto nas lin. 81-92 pode ser dividido em: a) posição de Alberto (lin. 81-87) e refutação de Sigério (lin. 88-92, “*sed contra*”); b) posição de Avicena (lin. 93-95, “*alia ratio illorum*”) e refutação de Sigério (lin. 96-06). Exploraremos esse ponto em seguida, contudo adiantamos que: i) o “*sed contra*” não precisa ser tomado como a posição de Sigério, mas como uma refutação geral, *a partir dos elementos de uma certa proposta de distinção real*; ii) o “*alia ratio illorum*” não contém o nome de Avicena e nada nos indica que precise necessariamente sê-lo; iii) concordamos com Carol que a resposta das lin. 96-06 deve ser tomada como a posição de Sigério, entretanto, acreditamos ser essa a

- 1) Das lin. 1-12 (p. 41), Sigério propõe duas pautas: a) quanto ao sujeito da metafísica, o qual será o ente enquanto ente e seus princípios, causas e consequências (lin. 7-8)⁵, e b) quanto ao pertencimento do ser à essência dos causados. A resposta para esta última pauta será positiva, vide p. 45, lin. 27-31: “em primeiro lugar, sustento que, nos causados, o próprio ser pertence à essência dos causados [...]”⁶.

resposta para todo o trecho, não apenas para o “*alia ratio illorum*”, i. e., Sigério tomaria a posição de Alberto e de Avicena como equivalentes.

5 *Tunc quaerendum est de subiecto huius scientiae. Et primo utrum esse in causatis pertineat ad essentiam causatorum. Sicut declarat Philosophus IV^o Metaphysicae, scientia quaedam, quae philosophia seu sapientia dicitur, speculatur ens secundum quod est ens, et principia et causas et consequentia entis in quantum ens.* (Ed. Dunphy, p. 41, lin. 4-8, negrito nosso). Em tradução nossa, temos: “Deve-se, então, perguntar **sobre o sujeito desta ciência**. E, primeiramente, se o ser nos causados pertence à essência dos causados. Como declara o Filósofo em *Metafísica IV*, certa ciência, que é dita ‘filosofia’ ou ‘sabedoria’, **especula o ente segundo o que é ente, e os princípios, causas e consequências do ente enquanto ente**”. Não deixa de ser interessante notar o seguinte ponto: as questões 1 e 2 da introdução também lidam com o problema do sujeito da metafísica. A questão 1 tem como título “*utrum ens sit ponendum in metaphysica pro subiecto*” (ed. Dunphy, 1981, p. 35) e a questão 2: “*an de quaesitis in hac scientia debeat esse inquisito de primo principio*” (p. 38). Tanto na questão 7 como nas questões 1 e 2, a resposta é a mesma, i. e., o ente enquanto ente é aquilo o que se busca esclarecer na metafísica e o primeiro princípio, sendo ente, faz parte do escopo dessa ciência como um objeto dentre os demais. Essa relação entre as questões 1-2 (1-6, mais especificamente) e as questões 7-8 da introdução (aliado à posição desses dois blocos no fôlio) criou um debate entre os editores. Diz Dunphy sobre o assunto: “Toutefois plusieurs problèmes se posent encore concernant ces huit questions prises comme un tout pour former l’introduction de Siger à son cours sur la *Métaphysique* d’Aristote. Pourquoi le scribe a-t-il copié les questions 1-6 après les questions 7-8 ? Est-ce un simple accident dans l’organisation de son travail de copiste ? Mais les questions 7 et 8 forment un bloc distinct, avec leur propre phrase introductrice [lin. 4-5, colocada por nós acima]. En outre, ces deux questions ne répondent pas entièrement aux cinquième et sixième points annoncés au début du bloc des questions 1-6. De plus, les questions 7-8 sont plus développées et se présentent davantage comme questions que les six premières. Enfin on peut relever une différence mineure entre les deux groupes : laissant de côté la question 1, qui est un exposé plutôt qu’une vraie question, on constate que les questions 2-5 sont introduites par le mot *an*, tandis que les questions 7 et 8 les ont par le mot *utrum*, terme classique au début de la *quaestio* scolastique. Sans doute, ces huit questions forment un bloc unique en P et en C [respectivement ms. Paris, Bibliothèque nationale, lat. 16297, e ms. Cambridge, *Peterhouse 152*, ambos reeditados por Maurer (1983)]. Mais ne se peut-il pas qu’elles n’étaient pas encore unies en M ?” (1981, pp. 12-13). Ademais, podemos ressaltar outro aspecto daquilo que estava em jogo no ambiente intelectual no qual se insere a disputa sobre a distinção real e a vinda da *Metafísica* para o ocidente latino; nas palavras de Dunphy: “Rappelons que, dans les commentaires aristotéliens du Clm 9559 [ms. Munique], des passages plus ou moins étendus sont rendus illisibles au moyen de gros traits d’encre noire, larges de plusieurs millimètres et couvrant presque entièrement l’écriture; ailleurs des passages plus longs sont annulés par de gros traits croisés en forme de croix de S. André. Le contexte revele qu’ils’agit de passages ou sont développées des thèses condamnées par l’évêque de Paris le 7 mars 1277. Le propriétaire du recueil a sans doute voulu éviter tout risque d’excommunication en supprimant, dans les commentaires aristotéliens qu’il avait réunis, les passages qu’il jugeait atteints par le décret épiscopal; car celui-ci sanctionnait, non seulement tous ceux qui avaient enseigné les erreurs condamnées, mais aussi les auditeurs qui ne les désapprouveraient pas” (p. 14).

6 Trata-se do começo daquilo que poderíamos chamar, seguindo Carol (1991), de “parte positiva da solução”: *primo pono quod in causatis ipsum esse pertinet ad essentiam causatorum et non est aliquid additum essentiae causatorum*.

- 2) Em seguida (pp. 41-43, lin. 13-64), temos as considerações iniciais, todas favoráveis à “distinção real”.
- 3) Das lin. 65-79 (p. 43), nós temos os argumentos contrários, os quais são fundamentados em Averróis e Aristóteles.
- 4) Segue-se, lin. 80-74 (p. 43)⁷, a solução da questão, a qual pode ser dividida em “parte negativa” (pp. 43-45, lin. 81-26) e “parte positiva” (pp. 45-46, lin. 27-74), contendo as advertências quanto à solução (lin. 65-74).
- 5) Por fim, das lin. 75-49 (pp. 46-49), temos as respostas às considerações iniciais.

A proposta de Sigério para “mostrar” o pertencimento do ser à essência dos causados parece basear-se na seguinte ordenação: a) mostrar a inviabilidade da “distinção real” entre ser e essência (lin. 81-106); b) mostrar a inviabilidade da “via média”, atribuída pelos comentadores contemporâneos a Tomás de Aquino (lin. 110-126)⁸. Seguir-se-ia, então, que a

7 O esperado seria lin. “174”, contudo a linha que se segue à linha 99 é a 00.

8 É importante fazermos alguns comentários sobre a construção da “via média”, tal como Sigério a constrói. O problema principal é que Sigério não vê Tomás como um defensor propriamente dito da distinção real, mas como alguém que mobiliza o vocabulário aristotélico tendo em vista criar uma outra ontologia, a qual, também, é tributária da ontologia aristotélica, contudo, diversa. Diz Sigério: *ponunt autem quidam, modo medio, quod esse est aliquid additum essentiae rei, non pertinens ad essentiam rei, nec ponunt quod sit accidens, sed est aliquid additum quasi per essentiam constitutum sive ex principiis essentiae*. (Ed. Dunphy, 1981, p. 44, lin. 10-13, negrito nosso). Em tradução nossa: “mas outros sustentam, **de modo intermediário**, que o ser é algo acrescentado à essência da coisa, que não pertence à essência da coisa, e não sustentam que seja acidente, mas é algo acrescentado como se constituído pela essência ou pelos princípios da essência”. Esse excerto, como diz Dunphy (p. 44, nota à linha 10), parece advir do comentário à *Metafísica* de Tomás (*In Metaph.*, IV, lect. 2, n° 558) e mostra a proposta interpretativa de Sigério com relação à posição de Tomás quanto ao problema da “distinção” real: vê-se que Sigério não o considera como um defensor explícito da distinção real. Pelo texto, vemos que Sigério enunciaria a distinção real como a consideração do ser como algo de accidental com relação à essência, algo que Tomás não defenderia. O “excedente de teoria” que Sigério encontra em Tomás está na seguinte passagem: *etsi conclusio vera sit, modum tamen ponendi non intelligo, quia esse quod pertinet ad rem, aut est pars essentiae rei, ut matéria vel forma, aut res ipsa compósita ex his, aut accidens. Sed si sit accidens, tunc erit additum essentiae rei: quod est contra dictam opinionem proximam. Sed dicere quod esse sit aliquid additum essentiae rei, ita quod non sit res ipsa, neque pars essentiae, ut matéria vel forma, et dicere quod non sit accidens, est ponere quartam naturam in entibus* (p. 45, lin. 14-20, negrito nosso). Em tradução nossa, temos: “entretanto, se a conclusão for verdadeira, não entendo o modo de sustentá-la, porque o ser que pertence à coisa ou é parte da essência da coisa, como a matéria e a forma, ou a própria coisa composta desses, ou um acidente. **Se for um acidente, então será acrescentado à essência da coisa: o que é contra a próxima opinião recitada**. Ora, dizer que o ser é algo acrescentado à essência da coisa, de modo que não é a própria coisa, nem parte da essência, como a matéria e a forma, e dizer que não é um acidente **é sustentar uma quarta natureza nos entes**”. Dessa passagem temos uma informação importante sobre a proposta de Sigério: a essência da coisa é composta de matéria e forma. Em segundo lugar, temos mais um indício do porquê Tomás não estaria no âmbito dos defensores da distinção real: Tomás não considera que o ser é um acidente da essência. Por fim, Sigério

única proposta viável seria o pertencimento do ser à essência dos causados, uma vez eliminada as outras possibilidades (pp. 45-46, lin. 27-74). A proposta de Sigério surge, em seguida, especificada como um paradigma semântico: a coisa e o ente são a mesma intenção (ambiente intramental) e essência (ambiente extramental), mas diferenciam-se no *modo de significação* (i. e., ambiente linguístico, não ontológico): o ente significa a essência a modo do ato; a coisa, por sua vez, a modo do hábito⁹. Segue-se, daqui, por um lado, a total conversibilidade dos termos “ente”, “coisa”, “essência” e “ser” e, por outro, como ficará claro na resposta que Sigério dará à “via média”: os pares substância-acidente, matéria-forma e ato-potência são suficientes para explicar, na ontologia aristotélica, o mundo e sua estrutura (quanto a esse ponto, vide, também, Imbach, 1981, p. 327)¹⁰.

indica a teoria do ato de ser de Tomás e diz que isso seria colocar uma quarta natureza nos entes, ou seja, um algo a mais com relação à ontologia de Aristóteles. O fechamento de Sigério com relação ao argumento de Tomás reafirma a tese de que Tomás não seria um defensor da distinção real: *item, dicitur sic quod esse est aliquid additum, nec est res ipsa, nec principium rei, sed est aliquid constitutum per principia essentiae* (p. 45, lin. 21-22, negrito nosso). Em tradução nossa: “ainda desse modo, diz-se que o ser é algo acrescentado e não é a própria coisa, nem o princípio da coisa, **mas é algo constituído pelos princípios da essência**”. Ou seja, se Tomás interpreta que o ser não é um acidente da essência, mas algo constituído pelos princípios da essência, então Tomás não seria um defensor da distinção real. A posição de Gilson parece ir nesse sentido (2016, cap. 2, pp. 85-94). Carol (1991) e Wippel (2005) consideram que Tomás defenderia a distinção real.

9 Primo pono quod in causatis ipsum esse pertinet ad essentiam causatorum et non est aliquid additum essentiae causatorum, ita quod res et ens non significant duas intentiones [...]. Modo dico quod res et ens significant eandem essentiam, non tamen sunt nomina synonyma nec significant duas intentiones sicut homo et risibile, sed significant eandem intentionem: unum tamen ut est per modum actus, ut hoc quod dico ens, aliud per modum habitus, ut res (Ed. Dunphy, 1981, p. 45, lin. 27-29 e lin. 45-48). Em tradução nossa: “Em primeiro lugar, sustento que, nos causados, o próprio ser pertence à essência dos causados e não é algo acrescentado à essência dos causados, de modo que coisa e ente não significam duas intenções [...] Digo agora que coisa e ente significam a mesma essência, no entanto, não são nomes sinônimos nem significam duas intenções assim como homem e ‘capaz de rir’, mas significam a mesma intenção, ainda que, um, enquanto é a modo de ato (tal como isto a que chamo ente); outro, a modo de hábito (tal como coisa)”. Ou seja, coisa e ente diferem apenas nisso: dizer o termo “ente” implicaria: a) as dez categorias e b) um juízo de existência; por outro lado, dizer “coisa” implicaria a consideração lógico-categorial de uma *dada* essência. Acreditamos que, para Sigério, o caso da fênix não seria resolvido pelo modo do hábito, pois este implica uma *dada* essência. Talvez, Sigério considere esse caso como uma mera brincadeira verbal de composição de seres imaginários.

10 Diz Imbach: “esse und ens, res und essentia sind für Siger gleichbedeutend” (1981, p. 311, nota 84) e “wenn im letzten dieses Ergebnis der Untersuchung MIT demjenigen Sigers übereinstimmt, so liegt der Grund wohl darin, dass aus aristotelischer Sicht die Unterscheidung von esse und essentia überflüssig ist. Die Perspektive einer radikalen Abhängigkeit jedes Seienden vom Sein selbst, welche die Verteidiger der Realdistinktion motiviert, ist unaristotelisch. Substanz und Akzidens, Materie und Form, Potenz und Akt genügen vollauf, um die ewig existierende Welt und deren Struktur zu erklären und zu verstehen” (p. 327, itálico de Imbach). Em tradução nossa: “ser e ente, coisa e essência possuem, para Sigério, o mesmo significado” e “se, por último, esse resultado da investigação concorda com o de Sigério, então o fundamento está totalmente nisso: do ponto de vista aristotélico, é supérflua a distinção entre ser e essência. A perspectiva de uma *dependência radical de cada ente [Seienden]* com o ser [Sein] mesmo, a qual motiva os defensores da distinção real, não é aristotélica. Substância e acidente, matéria e forma, potência e ato são plenamente suficientes para esclarecer e fazer entender

Comentário ao argumento de Alberto Magno e Avicena

Das lin. 81-06 (pp. 43-44), Sigério propõe seu argumento contra a “distinção real”. Em primeiro lugar, Sigério enuncia o problema (pp. 43-44, lin. 81-87); em seguida, ele coloca dois argumentos: um contrário à tese atribuída a Alberto (“sed contra”, p. 44, lin. 88-92) e outro argumento que dá um outro foco à tese (“*alia ratio illorum*”, p. 44, lin. 93-95); por fim, Sigério discute a posição de Alberto considerando, ademais, a posição de Avicena sobre o assunto (p. 44, lin. 96-06).

A conclusão de Sigério, como esperado, nega a tese de Alberto – subsumindo o argumento dele ao argumento de Avicena, o qual, por sua vez, é atacado como não tendo percebido a ambiguidade dos termos “*ex*” e “*per*”. Com isso, Sigério avança um passo em direção à prova da tese de que o ser pertence à essência dos causados.

Dois são os motivos que nos fazem crer que o trecho das lin. 81-95 (pp. 43-44) é respondido pelo trecho das lin. 96-06 (pp. 44), contrariando, assim, a suposição de Carol (1991, p. 81, anexo II) de que o trecho contém o argumento de Alberto (pp. 43-44, lin. 81-87), uma resposta de Sigério contra a posição de Alberto (“*sed contra*”, p. 44, lin. 88-92), um argumento de Avicena (“*alia ratio illorum*”, p. 44, lin. 93-95) e uma resposta de Sigério contra Avicena (p. 44, lin. 96-06).

Motivo 1) No manuscrito Cambridge, temos duas passagens, no argumento correspondente a esse do ms. Munique, em que Sigério parece colocar Alberto e Avicena, juntos como defensores da distinção real¹¹. A primeira passagem é (Ed. Maurer, 1983, p. 32, lin. 67-70):

o mundo eternamente existente e sua estrutura”. Imbach, aqui, acrescenta uma proposta para se entender a distinção real: dependência de todo ente para com o ser mesmo. Partindo desse ponto de vista, a proposta de Tomás seria posta como fazendo parte da distinção real. Acreditamos que a nossa posição de não considerar Tomás como tal, tem o condão de preservar a letra do texto de Sigério, o qual atribui a Tomás o “modo medio”. Fora esse ponto, concordamos com a leitura de Imbach.

11 O ms. Paris, também editado por Maurer, é considerado a versão autógrafa de Godofredo de Fontana e tem como característica o fato de ser mais “concentrado” que seus pares de Munique e Cambridge. Nele, a questão correspondente a essa está estruturada de modo diverso, contudo, na parte que poderia corresponder ao ponto que estamos tratando, apenas Avicena é citado. Vide Maurer (1983, p. 397-399).

Ad hoc dicunt quidam quod unaquaeque res causata est ens per dispositionem additam essentiae suae. Et secundum eos res et ens significant duas intentiones. Et fuit haec opinio Avicennae, ut superius arguebatur. Fuit etiam opinio Alberti.

“Alguns dizem sobre isso que qualquer coisa causada é ente por disposição acrescentada a sua essência. E segundo eles, coisa e ente significam duas intenções. E foi esta a opinião de Avicena, como acima se argumentava. Foi também a opinião de Alberto.”

Esse trecho é equivalente ao trecho das lin. 81-87 do ms. Munique (pp. 43-44), i. e., equivalente ao começo da exposição de Sigério sobre a distinção real no âmbito da solução. Destaca-se, ademais, que ambos os nomes, no ms. Cambridge, encontram-se no corpo do texto, ou seja, não estavam na margem.

A segunda passagem é: *item, deceptus fuit Avicenna, et etiam Albertus, per aequivocationem huius quod dico ‘ex se’ vel ‘per se’* (Ed. Maurer, 1983, p. 32, lin. 80-81). Em tradução nossa: “ademais Avicena e também Alberto foram enganados pela equivocidade disso que digo ‘a partir de si’ ou ‘por si’”. Essa passagem é equivalente a passagem, a qual consideramos como sendo a resposta de todo o argumento (p. 44, lin. 96-06) e, novamente, o nome de ambos aparece no corpo do texto.

Assim, a partir da equivalência que temos entre a estrutura das respectivas questões de número 7 da introdução das *Quaestiones* de Sigério, podemos inferir uma interpretação que preserve o argumento que estamos analisando como um bloco único. Todavia, temos um outro motivo, dessa vez interno, para acreditar na unidade do bloco.

Motivo 2) Os elementos dados no argumento que acreditamos ser a resposta do bloco (p. 44, lin. 96-06) respondem aos questionamentos dos defensores da distinção real preservando a estratégia semântica adotada por Sigério na parte “positiva” de sua solução. Abaixo, veremos como isso se dá.

Alguns pressupostos para o melhor estabelecimento da posição de Sigério sobre a distinção real: a quarta e a quinta consideração inicial

Antes de prosseguirmos para uma interpretação mais detida do trecho da solução em que Sigério desmobiliza a distinção real, vejamos a quarta e a quinta consideração inicial, pois

elas nos fornecem elementos clarificadores de certos problemas que aparecerão abaixo e que permitem estabelecer a partir de onde é possível mobilizar uma proposta semântica para o estabelecimento de uma ontologia. Ademais, é bom ter em mente que todos os argumentos das considerações iniciais são favoráveis à distinção real e parecem descrever o modo como Sigério interpreta essa distinção.

Diz Sigério na quarta consideração inicial (p. 42, lin. 28-31, negrito nosso):

Item, auctoritate Avicennae II° tractatu et II° Caeli et mundi: res imponitur a quidditate in communi, et intentio rei et entis imaginantur ab hominibus duae intentiones; ergo ratio essendi est alterius rationis quam ratio rei.

“Ainda, pela autoridade de Avicena, no segundo livro do Tratado e no segundo livro do Sobre o céu e o mundo: **a imposição de coisa se dá a partir da quiddidade em geral, e os homens imaginam** duas intenções a intenção de coisa e a de ente; portanto, a noção de ser é diversa da noção de coisa.”

A primeira questão que nos interessa está no primeiro negrito: “a imposição de coisa se dá a partir da quiddidade em geral”. Esse excerto nos ajuda a fundamentar aquilo que chamaremos abaixo de “coisa-essência”. Em alguns momentos chave do trecho que estamos analisando, Sigério mobiliza os termos “*res*” e “*essentia*” (com variações como: “*essentia rei*”) e essa oscilação entre ambos os termos ocorre tanto para descrever o argumento da distinção real, quanto para responder contra esse argumento. Pelo contexto do trecho, percebemos que os termos “coisa” e “essência” são intercambiáveis, contudo, vale a pena reforçar essa intercambialidade com um novo termo, uma vez que há uma consideração inicial para fundamentá-lo. Ou seja, parafraseando o excerto, o termo coisa é imposto a tudo aquilo que tenha uma quiddidade, a qual, por sua vez, a descrição de uma essência, portanto, o uso do termo coisa implica uma essência.

O segundo negrito nos mostra qual é o intelecto que opera como o padrão da análise: trata-se do intelecto do homem. Essa passagem poderia ser remetida, também, ao trecho inicial do *De ente et essentia* de Tomás de Aquino¹². Diz Tomás: *ens autem et essentia sunt que primo intellectu concipiuntur, ut dicit Avicenna in primo libro sue Metaphysice* (Ed. Roland-Gosselin, 1924, p. 1, lin. 3-5). Em tradução nossa: “ente e essência são aquilo que primeiramente são concebidos pelo intelecto, como diz Avicena no primeiro livro de sua

12 Aqui, usaremos a edição de Roland-Gosselin (1926).

Metafísica”. Sigério, como se pode ver numa parte de sua resposta à quinta consideração inicial diz: *tamen illud quod primo comprehenditur ab intellectu est ens* (Ed. Dunphy, p. 47, lin. 00-01). Em tradução nossa: “aquilo que é primeiramente compreendido pelo intelecto é o ente”. Ou seja, tanto Sigério, quanto Avicena-Alberto e Tomás de Aquino partiriam, segundo a montagem que Sigério faz da proposta da distinção real, de um mesmo ponto inicial. É importante salientar esse ponto para que não pareça que a análise de Sigério incorra em uma petição de princípio¹³. Outrossim, acreditamos poder mostrar que Sigério desmobiliza a distinção real se utilizando de duas estratégias: a) análise interna dos argumentos típico-ideais da distinção real para mostrar que eles são inconsistentes (algo que ocorrerá nas partes intituladas “*sed contra*” e “*alia ratio illorum*” e b) análise semântica dos termos em disputa, na resposta ao bloco.

Sigério traz na quinta consideração inicial o seguinte (Ed. Dunphy, 1981, p. 42, lin. 32-44, negrito nosso):

*Item, ex verbis eius ibidem potest sumi quod eorum quae significant eandem essentiam sunt nomina synonyma et quidditas unius non certificatur per essentiam alterius; sed certificatio quidditatis rei est per esse, secundum Avicennam. Cum quaeritur quid est res, dicitur quod res est id quod est et sic certificatur unum per alterum. Unde qui dicunt quod **res sit res et quod tamen non sit, non sunt de universitate eorum qui intelligunt. Et non solum habetur hoc ex Avicenna, sed etiam ab Aristotele in principio IV^o Metaphysicae: dicit enim quod quaedam sunt entia quia substantiae, quaedam quia qualitates et sic de aliis, et quaedam quia privationes: quare non ens est non ens, ut dicit ipse in littera. Quamvis enim res quae sunt in singularibus possunt non esse, tamen dicendo quod res sit res et tamen quod non habeat esse neque extra animam neque in anima, falsum est.***

“Ainda, das palavras dele, pode-se assumir que aqueles que significam a mesma essência são nomes sinônimos e que a quiddidade de um não é certificada pela essência de outro. No entanto, segundo Avicena, há certificação da quiddidade da coisa pelo ser: quando se pergunta “o que é a coisa?”, diz-se que a coisa é aquilo que é, e, assim, um é certificado pelo outro. Donde nem todos entendem o [mesmo] que esses dizem: **que a coisa é a coisa e que, no entanto, não é.** E não se assume isso apenas de Avicena, mas também de Aristóteles no começo do livro quatro da *Metafísica*: com efeito, diz que alguns são entes porque substâncias; outros, porque qualidades (e assim por diante) e outros, porque privações: razão pela qual o não ente não é ente, como ele diz literalmente. Com efeito, por mais que as coisas que

13 Por exemplo, Wippel (2005), Maurer (1946 e 1990), Carol (1991) e Gilson (2016 e 1952) parecem pressupor que Sigério parta de uma posição essencialista e, por isso, não teria compreendido a posição de Tomás de Aquino. Ou seja, Sigério teria caído na falácia da petição de princípio. Acreditamos que essa leitura, apesar de viável, não faz jus ao texto de Sigério. Do modo como Sigério monta o argumento, tanto ele quanto seus opositores partem do mesmo princípio. Assim, do ponto de vista histórico, as leituras citadas podem estar certas, mas não dão conta da letra e da proposta de Sigério.

são nos singulares possam não ser, cumpre dizer, **porém, que é falso que a coisa seja coisa e, no entanto, que não tenha ser nem fora da alma nem na alma.**”

O espírito geral do excerto é fundamentar a distinção real mostrando de onde viria a diferença entre as intenções de ente e coisa, a partir do problema da certificação. Sobre isso, falaremos abaixo. Aqui, interessa-nos destacar que a frase “que a coisa é a coisa e que, no entanto, não é” fundamenta aqui que será discutido abaixo quando falarmos sobre o “limbo ontológico” da coisa-essência com relação ao ser adveniente do Primeiro Princípio (pp. 43-44, lin. 81-87 e “*sed contra*”). Em segundo lugar, temos a frase “é falso que a coisa seja coisa e, no entanto, que não tenha ser nem fora da alma nem na alma”. Essa frase parece fundamentar a posição que parece estar pressuposta em Sigério: a da negação da possibilidade de haver uma “essência absolutamente considerada”. Ademais, essa proposta irá nos ajudar a analisar o “*sed contra*”.

Análise do argumento atribuído a “Alberto Comentador” (começo da “parte negativa” da “*solutio*”)

Diz Sigério (pp. 43-44, lin. 81-87):

[1] Aliqui dicunt quod res est per dispositionem additam essentiae suae, [2] ita quod secundum ipsos res et ens non sunt eiusdem intentionis, [3] ita quod esse est aliquid additum essentiae. [4] Haec est opinio Alberti Commentatoris. Ratio sua est ista Libro de causis, quia res habet esse ex suo Primo Principio; [5] ipsum autem Primum est illud quod ex seipso est, et illud quod ex seipso est habens esse, et est illud quod est ex se; etiam essentia rei est ex se; quare res distinguitur ab esse.

“[1] Alguns dizem que a coisa é por uma disposição acrescentada à sua essência, [2] de modo que, segundo eles, a intenção de coisa e de ente não é a mesma, de [3] modo que o ser é algo acrescentado à essência. [4] Essa é a opinião de Alberto, o Comentador. Sua razão é a do Livro das causas: a coisa tem o ser a partir do seu Primeiro Princípio. [5] Ora, o Primeiro mesmo é aquilo que é a partir de si mesmo: tanto aquilo que é a partir de si mesmo ao ter o ser, como é aquilo que é a partir de si. A essência também é a partir de si. Razão pela qual a coisa se distingue do ser.”

Da proposta descrita como sendo de Alberto¹⁴, depreendemos ser preciso que o termo “coisa” implique a designação de uma essência, ou seja, o uso do termo transcendental

14 Dunphy, seguindo a tradição, diz-nos que o texto de Alberto que está sendo atacado é: *De causis et processu universitatis*, lib. I, tr. I, c. 8. A edição citada por Dunphy é a Borgnet, contudo, hoje, dispomos da edição Fauser (1993). Destacamos que, em uma resenha sobre a edição Fauser, Hissette diz: “[...] um important écrit de

“coisa” pressuporia uma essência, algo delimitável (chamemos de “coisa-essência”). Acrescesse a isso que os termos “coisa” e “ente” não poderiam ser ditos da mesma intenção ([1] e [2], respectivamente).

Em [3], podemos concluir, a partir de [1] e [2] que o ser é algo acrescentado à essência, fazendo da mesma um ente. Não é claro para o leitor qual seria o estatuto ontológico da coisa-essência antes do acréscimo do ser. Esse *limbo ontológico* será explorado mais abaixo, em [5] e no “sed contra” (p. 44, lin 88-92).

Em [4], Sigério fornece mais um elemento: o Primeiro Princípio. Assim, uma paráfrase completa que poderia articular os termos seria: a coisa-essência tem ser a partir de seu Primeiro Princípio, fazendo dela um ente. A proposta carrega um elemento de ambiguidade acarretado pelo modo como se escreveu “Primeiro Princípio” (como nome próprio que designaria, por exemplo, Deus) e outro pela formulação “*ex suo Primo Principio*”.

Em [5], pontua-se um paralelismo entre coisa e Primeiro Princípio. Temos a seguinte proposta interpretativa: o Primeiro Princípio possui algo *ex se*, i. e., possui essência, e é *ex seipso*, i. e., o ser pertence a sua essência. Por outro lado, a coisa é *ex se*, mas não seria *ex seipsa*. Nesse sentido temos um paralelismo entre dois itens que podem ser ditos *ex se*, i. e., o Primeiro Princípio e a coisa, e algo que é propriamente ente, *ex seipso*, i. e., o Primeiro Princípio, somente. Ou seja, precisaríamos explorar o significado de ser *ex se* para podermos analisar a questão do limbo ontológico entre a coisa-essência e o Primeiro Princípio doador de ser. Nesse caso, a pergunta decorrente seria: o que significa este “estar, mas não ser”, exprimido pela expressão *ex se*, ao analisarmos o paralelismo entre a coisa e o Primeiro Princípio?

Para responder a essa pergunta, destacamos as lin. 42-44 da quinta consideração inicial: “é falso que a coisa seja coisa e, no entanto, que não tenha ser nem fora da alma nem na alma”. Supondo que esse “argumento inicial” seja convergente com a proposta albertiniana, vemos que a coisa ou tem ser fora da alma ou tem ser na alma. Nesse sentido, o “lugar” no

théologie naturelle et de métaphysique néoplatonicienne, largement inspiré entre autres *par les penseurs arabes Alfarabi, Avicenne et Algazael [...]*” (1998, pp. 318-319, itálico nosso). Esse excerto funcionaria como mais um indício de que o argumento atribuído a Alberto pode ser tomado como se remetendo, também, a Avicena.

qual o referente de “*res*” estaria seria algum intelecto, aqui, o divino, o qual contém essências que ainda não são atuais, mas com “ser na alma”.

Assim, o elemento de ambiguidade trazido pela expressão *ex suo Primo Principio*¹⁵ é resolvido: o paralelismo entre coisa e Primeiro Princípio se dá no sentido de uma essência que ainda não é, pois não recebeu a atualidade, mas que está (tem ser) em um dado intelecto. Sigério explorará a limitação dessa tese logo abaixo.

**“*Sed contra*”. Exposição de tese conflitante quanto ao argumento
de “Alberto Comentador”: o problema do paralelismo entre coisa e Primeiro Princípio
e o problema do *limbo ontológico* da coisa**

Seguimos, agora, com o “*sed contra*” inicial (p. 44, lin. 88-92):

[1] *Sed contra: quidquid est universaliter in re est effectus Primi Principii, [2] et nihil est eorum quae pertinent ad rem in re ipsa neque essentialiter neque accidentaliter, quin reducat in Primum Principium; [3] ergo haec distinctio nulla est, scilicet inter essentiam rei et esse per hoc quod unum sit effectus Primi Principii et aliud non.*

“[1] Mas, contra: tudo que há universalmente na coisa é efeito do Primeiro Princípio e [2] nada há na própria coisa daqueles que pertencem à coisa (nem essencialmente, nem acidentalmente) que não seja reduzido ao Primeiro Princípio; [3] portanto, não há essa distinção entre a essência da coisa e o ser, por meio da qual um [sc. o ser] é efeito do Primeiro Princípio e o outro [sc. a coisa] não.”

Em [1-2], o excerto é construído a partir de três advérbios: *universaliter*, *essentialiter* e *accidentaliter*. Os dois últimos exprimem a totalidade dos “aspectos” da coisa: ela possui aspectos pertencentes à sua essência e aspectos que se acoplam na essência, os acidentes. Poderíamos considerar o *universaliter* como a união entre *essentialiter* e *accidentaliter*, i. e., não há nada daquilo que é na coisa *universalmente* que não seja reduzido ao Primeiro Princípio (lin. 89-90). Logo, a coisa já no intelecto contém “certa concretude designativa não

15 Na questão 2 da introdução pergunta-se se o primeiro princípio será investigado pela ciência metafísica (*an de quaesitis in hac scientia debeat esse inquisito de primo principio* (Ed. Dunphy, 1981, p. 38)). A resposta é que em sendo um ente, o primeiro princípio será investigado no âmbito da ciência do ente enquanto ente. Contudo, gostaríamos, nesse nota, de destacar, apenas, que, na questão 2, o termo “primeiro princípio” está escrito em caixa baixa, diferentemente do que ocorre na questão que tratamos, agora. Isso poderia ser um elemento a mais para o questionamento, aliado à posição das questões no fôlio do manuscrito, se não apenas a questão 2, mas as questões de 1-6, não fariam parte de um outro texto. Essa discussão pode ser vista em Dunphy (1981, pp. 12-13, no item “description des manuscrits”), como já aludido.

atual” (i. e., o que faz com que ela seja pensada tendo acidentes); ou seja, [3] a tese de que o ser se diferencia da coisa-essência na medida em que o ser é efeito do Primeiro Princípio e a coisa-essência não, é falsa, pois tanto a coisa-essência como o ser da coisa-essência seriam efeitos do Primeiro Princípio, i. e., o ser da coisa já está dado no Primeiro Princípio, como vimos acima.

Restaria, então, a pergunta sobre o que seria a atualidade de uma coisa-essência, i. e., essa atualidade não seria um efeito do Primeiro Princípio? Uma possível resposta seria: Sigério não se detém nos problemas onto-cosmológicos nesse momento do texto. Para ele, bastaria mostrar ser a formulação atribuída a Alberto Magno insuficiente, do ponto de vista ontológico, a partir de um argumento geral (i. e., argumento que não precisaria ser endossado de antemão), para mostrar a tese da distinção real. Ademais, Sigério parece pressupor a eternidade do mundo, a partir da eternidade do Primeiro Princípio. Ora, em sendo o Primeiro Princípio e, por conseguinte, o mundo eternos, não seria possível estabelecer um momento no qual o ser seria acrescentado à coisa-essência fazendo desta algo atual, portanto, para Sigério o problema se resolve de maneira imediata.

Ao discutir a tese de Tomás de Aquino, o problema ficará mais claro. Sigério mostrará que, apesar de válida logicamente, a tese tensiona a ontologia aristotélica no sentido de um acréscimo de “uma quarta natureza” justamente para preservar um ambiente que colocaria a atualidade em suspensão. Vejamos as lin. 17-20, p. 45 onde Sigério aponta o problema com a tese de Tomás: “Ora, dizer que o ser é algo acrescentado à essência da coisa, de modo que não é a própria coisa, nem parte da essência, como a matéria e a forma, e dizer que não é um acidente é sustentar uma quarta natureza nos entes”. Nesse sentido, o Primeiro Princípio poderia ser dito, para Sigério, apenas, algo que garante a estabilidade do movimento do mundo e, não, um ente dotado de vontade.

Supor serem ente e coisa duas intenções distintas e supor serem ser e essência distintos realmente pressupõe uma ontologia que visa preservar um ambiente criacionista, a partir do vocabulário aristotélico, algo que Sigério parece negar no contexto de um comentário a *Metafísica* de Aristóteles. Dito isso, podemos destacar a formulação de Imbach (1981, pp. 338-339) para o problema:

O tema do comportamento de *esse* e *essentia* fornece uma oportunidade radicalmente aristotélica, cuja tese fundante defende uma ontologia aristotélico-averroísta contra a adaptação e alienação cristãs. Como vimos, a motivação para a tese metafísica da distinção real é a tentativa de esclarecer o mundo como criação. Seria preciso dizer que tudo o que *é* existe em radical dependência para com Deus. Para um aristotélico convencido, a criação *não é um problema filosófico*. A velha repreensão de uma mistura entre *filosofia* e *teologia*, repreensão essa que Averroís aduziu contra Avicena, vale aqui, também (itálicos de Imbach)¹⁶.

O argumento de Imbach indica algo mais forte do que aquilo que queremos mostrar, contudo, ilustra o ponto. Sigério parece mobilizar um argumento geral contra a distinção real, i. e., Sigério, tendo em vista uma leitura interna do argumento de Alberto, propõe um outro argumento, com o qual ele não precisa se comprometer. Sigério com o “*sed contra*” expõe o ponto-cego da distinção real: se tudo o que *é* depende do ser do Primeiro Princípio, então tanto a coisa-essência, com seus acidentes, quanto o ser da coisa-essência dependem do Primeiro Princípio, ou seja, não é possível diferenciar a coisa-essência e o ser desta com relação ao fato de um ter advindo do Primeiro Princípio e o outro, não. Ora, uma vez exposto o argumento, Sigério dá um passo para trás e investigará o significado de certos termos usados para montar as proposições garantidoras do argumento da distinção real. Abaixo, Sigério tratará sobre os termos *ex* e *per* e o resultado será o de evidenciar que o uso desses termos carrega um tipo de ambiguidade que pode ser resolvido com o uso de certos critérios semântico-aristotélicos.

Esquemáticamente, podemos resumir o argumento do “*sed contra*” da seguinte maneira:

- 1) Tudo o que faz parte da constituição da coisa, sua essência e seus acidentes (sua unidade designativa não atual) requer um substrato (algo assumido pela quinta consideração inicial).
- 2) Vimos que esse substrato ou é um intelecto ou algo dado no mundo material que receba a forma (“*in anima*” ou “*extra animam*”).

16 “Das Thema des Verhältnisses von *esse* und *essentia* gibt einem radikalen Aristoteliker Gelegenheit, die Grundthesen einer aristotelische-averroistischen Ontologie gegenüber christlichen Verfremdungen und Adaptationen zu verteidigen. Wie wir gesehen haben, ist die Motivation zur metaphysischen These der Realdistinktion der Versuch einer Erklärung der Welt als Schöpfung: Es soll dargetan werden, dass alles, was ist, in radikaler Abhängigkeit von Gott existiert. Für einen überzeugten Aristoteliker aber ist die Schöpfung *kein philosophisches* Problem. Der alte Vorwurf einer Vermengung von *Philosophie* und *Theologie*, den Averroes gegen Avicena vorbringt, gilt auch hier” (itálicos de Imbach).

3) Não é o caso de a coisa em sua universalidade dar-se, de antemão, no mundo, do contrário a coisa teria atualidade em paralelo com a atualidade do Primeiro Princípio (e o Primeiro Princípio não seria princípio).

4) Logo, essa coisa está no intelecto do Primeiro Princípio.

5) O Primeiro Princípio é simples e uno (premissa assumida).

6) Assim, tudo o que é no Primeiro Princípio, é por sua própria essência.

7) A essência da coisa “está” na essência do Primeiro Princípio, uma vez que ele é simples.

8) O ser do Primeiro Princípio também está na essência do Primeiro Princípio.

9) Portanto, tanto o ser da coisa quanto a coisa universalmente são efeitos do Primeiro Princípio.

10) Assim, não se poderia argumentar em favor da distinção real afirmando que a distinção seria dada porque o ser advém do Primeiro Princípio e a coisa, não.

**“*Alia ratio illorum*”. Argumento diverso para tentar defender a distinção real,
após a desmobilização do “*sed contra*” (p. 44, lin. 93-95)**

[1] *Alia ratio illorum fuit talis: illud ad cuius essentiam pertinet esse non indiget alio, idest est ex seipso; [2] si igitur aliquid in causatis esse habeat de sui essentia, non indiget alio.*

“[1] Uma outra razão deles foi esta: aquilo a cuja essência o ser pertence não carece de outro, ou seja, [aquilo a cuja essência o ser pertence] é a partir de si mesmo; [2] portanto, se algo nos causados tem o ser a partir de sua essência, não carece de outro.”

Primeiramente, acreditamos que o *illorum* da frase [1] se refira aos defensores da distinção real. Os defensores especificamente citados são Alberto, no argumento das lin. 81-87 e Avicena, nos argumentos da lin. 96-06.

Em [1], é dito que se algo tem ser por sua própria essência, esse algo não requer nada além de si próprio para ser. Esse “não requerer nada além de si próprio para ser” é o significado do termo “*ex seipso*” (“a partir de si mesmo”), nessa frase. Ou seja, o predicado “*ex seipso*” não poderia ser atribuído a algo causado, nesse sentido, a frase “*res est ex seipsa*” seria falsa, pois, na teoria tratada, o único indivíduo que poderia receber o predicado “*ex*

seipso” seria o Primeiro Princípio. Essa maneira de trabalhar com o termo “*ex seipso*” nos remete ao problema da relação entre as expressões “*ex se*” e “*ex seipso*” que aparecem nas linhas 85-87. Como vimos acima, esses predicados compõem o que chamamos de “paralelismo” entre um Primeiro Princípio “doador” de ser e uma coisa-essência em potência para esse ser. Visto que, no “*sed contra*”, o problema do paralelismo foi resolvido (i. e., o paralelismo não poderia ter sido montado daquela maneira por não conseguir distinguir o ser adveniente do Primeiro Princípio da coisa-essência), o “*alia ratio illorum*” repõe o problema de outro modo: [2] a distinção real entre ser e essência seria dada, pois os causados precisam receber o ser de um ente incausado para tornarem-se entes (algo atual), logo os causados não seriam “*ex seipso*”, portanto coisa e ente seriam intenções distintas e ser e essência seriam distintos. Ora, esse argumento se configura, assim, como uma outra via de começar uma discussão sobre a “distinção real” (i. e., o argumento do “*sed contra*” fora montado a partir de considerações sobre a coisa-essência, aqui, por outro lado, a consideração recai sobre o significado de ser causado), mas que apenas recolocaria o problema. O argumento, então, poderia ser expresso da seguinte maneira:

1) Algo “*ex seipso*” não pode ser dito “causado”.

2) Os causados não possuem ser “*de sui essentia*” (equivalência entre as expressões “*de sui essentia*” e “*ex seipso*”).

3) Apenas o Primeiro Princípio é “*ex seipso*”, pois ele é incausado (premissa suposta).

4) O Primeiro Princípio tem o ser em sua própria essência.

Conclusões:

5) Todos os causados recebem o ser do Primeiro Princípio.

6) Logo, para os causados, o ser se distingue de sua essência.

7) Coisa e ente seriam intenções distintas.

Ou seja, o “*alia ratio illorum*” repõe os problemas debatidos e desmobilizados no “*sed contra*”. A diferença é que o “*sed contra*” foi construído a partir da análise da coisa-essência “universalmente”, a partir de sua relação com o Primeiro Princípio e, aqui, a análise foi construída a partir de uma consideração sobre os causados, supondo o Primeiro Princípio como o incausado. Sigério parece não dedicar mais linhas a esse argumento justamente

porque o argumento recai naquilo que já havia sido posto no “*sed contra*”, então ele passará a discutir aspectos linguísticos ligados às expressões, de uso comum na ontologia, “*ex*” e “*per*”.

**Resposta de Sigério ao argumento de “Alberto Comentador” (p. 44, lin. 96-6):
o termo equívoco “*ex*”, “a causa é dita de muitos modos” e hierarquia das causas**

Por fim, temos a resposta de Sigério (p. 44, lin. 96-06):

Dicendum quod hic est aequivocatio ex eo quod “ex” importat circumstantiam causae, et causa multipliciter dicitur, ut habetur V^o Metaphysicae; et Avicenna deceptus fuit per aequivocationem de ly “ex”. Cum enim dicitur “res est ex seipsa”, potest “ex” denotare circumstantiam causae formalis vel efficientis. Tunc dico quod ista simul stant: homo est homo per se, secundum quod ly “per” dicit circumstantiam causae formalis; et tamen homo per aliud est homo secundum quod “per” denotat circumstantiam causae efficientis; et sic est hic deceptio. Unde in libro Posteriorum: primo modo dicendi per se, illud est tale quod est tale per suam formam: unde potest aliquod causatum esse per se formaliter, et tamen causam efficientem habet aliam.

“Cumpre dizer que: aqui há equivocidade (uma vez que “**a partir de**” importa a ocorrência da causa, e a causa é dita de muitos modos, como se dá em Metafísica V) e Avicena foi enganado pela equivocidade desse “**a partir de**”. Com efeito, quando se diz: “a coisa é **a partir de si mesma**”, “**a partir de**” pode denotar a ocorrência da causa formal ou eficiente. Digo, assim, que estes são simultaneamente mantidos: o homem é homem **por si**, segundo o que, aí, “**por**” diz a ocorrência da causa formal; e, no entanto, o homem é homem **por outro**, segundo o que “**por**” denota a ocorrência da causa eficiente, e, assim, há um engano aqui. Donde, no livro dos Posteriores: do primeiro modo de dizer **por si**, é tal o que é tal por sua forma; donde algum causado pode ser **por si** formalmente, e, no entanto, ter outra causa eficiente.”

Em princípio, Sigério está associando Alberto ao erro de Avicena, e o erro deste fora o de não ter percebido a ambiguidade ou equivocidade inerente aos termos “*ex*” e “*per*”, os quais estão ligados a uma proposição cujo objetivo seria fundamentar o argumento da distinção real: “*res est ex seipsa*”. Como vimos, predicado “*ex seipso*” estava atribuído ao Primeiro Princípio, assim, de acordo com os critérios anteriores, a frase correta seria: “o Primeiro Princípio é *ex seipso*”. Nesse caso, antes da análise, podemos fazer uma consideração sobre o objetivo de Sigério.

Acima, o paralelismo entre coisa e Primeiro Princípio é dado pela expressão “*essentiam rei est ex se*” (lin. 87). Essa expressão, a qual estava na margem, foi colocada por Dunphy no corpo do texto. Todavia, agora, o texto de Sigério foca na expressão “*res est ex seipsa*” (lin. 99) para desmobilizar o argumento de Alberto/Avicena. Temos como hipótese que o

argumento do “*sed contra*” (lin. 88-92) foi armado para desmobilizar o argumento anterior (lin. 81-87), onde a frase “*essentiam rei est ex se*” era parte. Agora, nessa consideração final contra a “distinção real”, Sigério parece mobilizar um outro argumento de caráter lógico-semântico para a desmobilização da “distinção real”. Nesse sentido, parece-nos que o caso é: o argumento do “*sed contra*” seria um argumento de cunho ontológico geral, i. e. Sigério não precisaria se comprometer de antemão com ele para desmobilizar a tese da “distinção real”. No caso de agora, Sigério está começando a aplicar sua depuração semântica, a qual será feita com mais vagar na “parte positiva” da solução” e a partir de uma frase (“*res est ex seipsa*”) que não seria aceita pelos defensores da distinção real. Então, podemos destacar a última frase do argumento:

Voltando. O começo da proposta é: “*ex*” e “*per*” trazem a circunstância da causa e a causa é dita de muitos modos. Sigério propõe, para melhor entender a frase, analisar o termo “*ex*”.

O termo traria o problema da teoria da causalidade de Aristóteles, especialmente no que tange à predicação “*per se*”, (vide, por exemplo, *An. Post.*, 74 a 34-37, como nos lembra Dunphy). Essa retomada dos *Analíticos* permitirá a Sigério hierarquizar os sentidos de termos que aludam à causa. Ao explorar esses sentidos tendo em vista os *Analíticos*, Sigério percebe que a solução do problema não passa por uma abordagem ontológica que necessite da pressuposição de intenções diversas ligadas a termos diversos. Bastaria, assim, perceber, analisando a frase a partir de seus termos, que a coisa é por si mesma e por outrem, dependendo do foco que se dê para a preposição “*ex*”. Ou seja, como Sigério explorará em seguida, basta, primeiramente, explorar as ambiguidades na armação dos argumentos que neguem o pertencimento do ser à essência dos causados e, em segundo lugar, é preciso se atentar para o prolegômeno linguístico que qualquer ontologia precisa para, de fato descrever o mundo sem a necessidade da criação de mais entes do que o necessário, “parte positiva da solução” (lin. 27-48). Nesse sentido, tanto a frase mobilizada por Sigério “*res est ex seipsa*” quanto a mobilizada pelos defensores da distinção real “o Primeiro Princípio é *ex seipso*” padecem do problema de não expressarem de maneira clara qual o tipo de causalidade que se quer expressar. Como decorrência disso, os predicados “*ex seipso*” e “*ex se*” não acrescentariam nada, pois é possível ser “*ex seipso*” formalmente ou eficientemente,

dependendo do contexto e o mesmo vale para “*ex se*”. Então, podemos destacar a última frase do argumento: “donde algum causado pode ser *por si* formalmente, e, no entanto, ter outra causa eficiente”, logo na frase “a coisa é a partir de si mesma” ou “a coisa é por si mesma”, a coisa pode ser por si mesma (ou a partir de si mesma) formalmente, e, no entanto, ter outra causa eficiente.

Portanto, o objetivo de Sigério foi alcançado: é possível trabalhar com a frase “*res est ex seipsa*” sem pressupor uma ontologia estranha que tencione o ambiente aristotélico abrindo mão de suas descontinuidades. Para o caso do papel da frase “*homo est homo per se* [...]” no argumento, Sigério está pressupondo que “*per*” e “*ex*” são sinônimos. As seguintes hipóteses fundamentam essa sinonímia entre os termos: a) para o argumento de Sigério, o uso do termo “*per*” conforme os *Analíticos* aristotélicos é determinante, contudo no argumento que ele considera ser o principal sobre a distinção real entre ser e essência, i. e., no argumento de Alberto conforme o comentário do mesmo sobre o *Livro das causas*, o termo usado é “*ex*” e não “*per*”. Todavia, no argumento de Alberto, vê-se que o uso do termo “*ex*” implica o ambiente causal ao qual alude Sigério; b) no ms. Cambridge, no argumento equivalente ao que estamos analisando para o ms. Munique, temos (Ed. Maurer, 1983, p. 33, lin. 80-86, negrito nosso):

Item, deceptus fuit Avicenna, et etiam Albertus, per aequivocationem huius quod dico “ex se” vel “per se”. “Ex” enim et “per” possunt dicere circumstantiam causae formalis vel efficientis. Si primo modo, sic homo ex se est homo, scilicet formaliter. Si secundo modo, sic homo ex alio est homo, scilicet effective. Ita etiam stare potest quod homo sit ex se formaliter, et tamen sit effective ex alio.

“Ademais, Avicena e Alberto foram enganados por equivocarem-se quanto a isto que digo “**a partir de si**” ou “**por si**”. “A partir de” e também “por” podem trazer a circunstância da causa formal ou eficiente. Se do primeiro modo, então **o homem a partir de si é homem**, a saber, formalmente. Se do segundo modo, então **o homem a partir de outro é homem**, a saber, efetivamente. De modo que pode-se colocar que **o homem seja a partir de si formalmente e, também, seja efetivamente a partir de outro.**”

O trecho, na mesma medida em que nos indica a resolução de nosso problema, traz outros problemas. Primeiramente, aqui, os termos “*ex*” e “*per*” são tomados como sinônimos e, assim, poderíamos supor que no ms. Munique o problema funcione do mesmo modo. Contudo, onde no ms. Munique temos: “o homem é homem *per se*, segundo o que, aí, ‘*per*’ diz a ocorrência da causa formal [...]”, no ms. Cambridge nós temos: “o homem *ex se* é

homem, a saber, formalmente [...]”. Em primeiro lugar, esse argumento dá mais ênfase a intercambialidade dos termos tratados, contudo, no ms. Cambridge é usado “*ex se*” para se referir à causa formal e “*ex aliud*” para se referir à causa eficiente. No ms. Munique, por sua vez, o equivalente ao “*ex se*” do ms. Cambridge seria “*ex seipso*” e o equivalente ao “*ex aliud*” seria o “*ex se*”. Ora, essa oscilação semântica entre os manuscritos precisa ser analisada com mais calma, entretanto, acreditamos ter elementos para supor a intercambialidade entre os termos.

Conclusão

Acreditamos que, para tornar nossa interpretação mais clara, far-se-ia mister recuperar os termos do debate, mas, dessa vez, tendo em vista a ordem lógica dos argumentos e, não, a ordem de exposição (tal como fizemos).

Pressupostos do debate, i. e., ponto de concordância entre Sigério, Alberto e Avicena:

1) o ente é o primeiro apreendido pelo intelecto do homem, portanto, parte-se dos dados sensíveis, dado que o intelecto padrão da análise é o humano.

2) a coisa ou está em um intelecto ou está fora de um intelecto. (Como havíamos visto, Sigério, na quinta consideração inicial, acredita que Avicena defenderia essa proposta, assim, não faria sentido mobilizar a tese de uma “essência absolutamente considerada” para avaliar o argumento de Sigério em seus próprios termos).

Argumento propriamente dito:

1) A proposição “*res est ex seipsa*” é, para Sigério, verdadeira, ao passo que, para os defensores da distinção real, ela é falsa. Para os defensores da distinção real, apenas a proposição “o Primeiro Princípio é *ex seipso*” é verdadeira, pois o predicado “*ex seipso*” aplicar-se-ia, apenas, aos incausados. Para Sigério, essa frase também é verdadeira, pois o problema reside no critério usado para analisar o predicado “*ex seipso*”.

2) Para Sigério, o critério que permitiria dizer ser verdadeira a frase “*res est ex seipsa*” verdadeira é a predicação aristotélica “*per se*”. Por esse critério, em tudo o que é, pode-se diferenciar o que é causa formal e o que é causa eficiente. Como vimos, os termos “*ex*” e

“*per*” são tomados como sinônimos, nesse sentido, a predicação aristotélica “*per se*” pode ser usada para se trabalhar com o predicado “*ex seipso*”.

3) Com esse critério, Sigério fornece uma explicação do mundo real que não precisa pressupor uma ontologia distinta da ontologia de Aristóteles, como aquela que pressupõe um Primeiro Princípio “doador” de ser, i. e., a distinção real. Ao contrário, em Aristóteles, o Primeiro Princípio seria um motor eterno que garante o movimento do mundo, contudo, Sigério não precisa mobilizar essas teses, pois os argumentos mobilizados pelos defensores da distinção real, segundo o próprio Sigério, são inconsistentes neles mesmos (vide o “*sed contra*” e o “*alia ratio illorum*”).

Assim, Sigério pode estabelecer os termos nos quais ele gostaria de comentar a *Metafísica* de Aristóteles (lembrando que estamos na introdução de seu comentário), i. e., desmobilizando as leituras avicenizantes e tomasianas, a qual analisaremos em uma próxima oportunidade.

BIBLIOGRAFIA:

- ALBERTO MAGNO. *De causis et processu universitatis a Prima Causa*. Edição W. Fauser. Münster, Aschendorf, 1993.
- BOBIK, J.. *Aquinas on being and essence: a translation and interpretation*. University of Notre Dame Press, 1965.
- CAROL, A.. *La distinción entre “esse” y “essentia” em Siger de Brabant*. Pamplona, Universidad de Navarra. (A edição consultada foi um resumo da tese disponível on-line, no site da Universidade de Navarra, 1991: <http://hdl.handle.net/10171/9488> - consultado em 10 de janeiro de 2017).
- DE LIBERA, A., MICHON, C.. *L'être et l'essence: le vocabulaire médiéval de l'ontologie*. Trad. De Libera, A. e Michon, C.. Dois tratados *De ente et essentia* de Tomás de Aquino e Dietrich de Freiberg. Éditions du Seuil, 1996.
- FOREST, A.. *La Structure Métaphysique du concret selon saint Thomas D'Aquin*. Vrin, Paris, 1956.
- FLASCH, K. (2008). “Dietrich von Freiberg und Siger von Brabant: eine Studie zur ‘Schule Alberts des Grossen’” in *Per perscrutationem philosophicam: neue Perspektiven der mittelalterlichen Forschung*. Editado por Beccarisi, Alessandra; Imbach, Ruedi; Porro, Pasquale (dedicado à Loris Sturlese). Coleção: Corpus Philosophorum Teutonicorum Medii Aevi (Beiheft 4). Felix Meiner Verlag: Hamburg, pp. 127-141.
- GAUTHIER, R.A. (1982). “Notes sur les débuts (1225-1240) du premier ‘averroïsme’”, in *Revue des sciences philosophiques et théologiques*, 66, 327-374.
- GAUTHIER, R.-A. (1983). “Notes sur Siger de Brabant, I. Siger en 1265”, in *Revue des sciences philosophiques et théologiques*, 67, 201-232.
- GAUTHIER, R.-A. (1984). “Notes sur Siger de Brabant, II. Siger en 1272-1275; Aubry de Reims et la scission des Normands”, in *Revue des sciences philosophiques et théologiques*, 68, 3-49.
- GILSON, E. (1949/1952). *Being and some Philosophers*. Ed. PIMS: Toronto.
- GILSON, E. (2016 [1948]). *O Ser e a Essência*. (Trad. Carlos Eduardo de Oliveira, Cristiane Negreiros Abbud Ayoub, Jonas Moreira Madureira, Luiz Marcos da Silva Filho, Pedro Calixto Ferreira Filho e Tiago José Risi Leme). Ed. Paulus: São Paulo.
- HISSETTE, R. (1979). “Substance et création selon Siger de Brabant. À propos de l'interprétation d'Étienne Gilson”, in *Recherches de théologie ancienne et médiévale* 46, 221-224.
- HISSETTE, Roland. “Alberti Magni Ordinis Fratrum Praedicatorum *De causis et processu universitatis a Prima Causa*, ed. W. Fauser”. In: *Revue Philosophique de Louvain*. Tomo 96, número 2, 1998, pp. 318-319.
- IMBACH, Ruedi. Averroïstische Stellungnahmen zur Diskussion über das Verhältnis von *esse* und *essentia*: von Siger von Brabant zu Thaddaeus von Parma, In: MAIERÛ, Alfonso e PARAVICINI BAGLIANI, Agostino (eds.). *Studi sul XIV secolo in memoria di Anneliese Maier*. Roma: Edizioni Di Storia e Letteratura, 1981, pp. 299-339.

- KÖNIG-PRALONG, C. (2005). *Avènement de l'aristotélisme en terre chrétienne. L'essence et la matière: entre Thomas d'Aquin et Guillaume d'Ockham*. Ed. Vrin: Paris.
- KÖNIG-PRALONG, C.. *Être, essence et contingence. Henri de Gand, Gilles de Rome, Godefroid de Fontaines*. (Tradução, notas, introdução e bibliografia). Ed. Les Belles-Lettres : Paris, 2006.
- KRETZMAN, N. et all (ed.). *The Cambridge History of Later Medieval Philosophy*. Ed. CUP: Cambridge, 1984.
- MAURER, A. A.. “Esse and Essentia in the Metaphysics of Siger of Brabant”, in *Mediaeval Studies*, 8, 1946, pp. 68-86.
- MAURER, A. A.. *Being and Knowing: Studies in Thomas Aquinas and Later Medieval Philosophers*. Ed. Inst. of Medieval Studies: Toronto, 1990.
- NASH, P. W.. “Giles of Romes on Boethius’ ‘diversum est esse et id quod est’”. In: *Mediaeval Studies*, Vol. 12, 1950, pp. 57-91.
- PUTALLAZ, F.-X. e IMBACH, R.. *Profession: philosophe. Siger de Brabant*. Paris, Cerf, 1997.
- ROLAND-GOSSELIN M.-D.. *Le “De ente et essentia” de S. Thomas D'Aquin*. Texto estabelecido a partir dos manuscritos parisienses. Introdução, notas e estudos históricos pelo mesmo. Le Saulchoir, Kain (Belgique), *Revue des Sciences Philosophiques et Théologiques*, 1926.
- ROSIER-CATACH, I.. “Res significata et modus significandi. Les enjeux linguistiques et théologiques d’une distinction médiévale” in EBBESEN, S. (ed.), *Sprachtheorien in Spätantike und Mittelalter*. Gunter Narr Verlag, Tübingen, 1995, pp. 135-168.
- SIGER DE BRABANT. *Quaestiones in Metaphysicam*. Edição revista da reportagem de Munique e texto inédito da reportagem de Viena. Editado por W. Dunphy (coleção *Philosophes médiévaux*, 24). Louvain: Publications universitaires, 1981.
- SIGER DE BRABANT. *Quaestiones in Metaphysicam*. Edição revista da reportagem de Paris e edição inédita da reportagem de Cambridge. Editado por A. Maurer. Louvain: Publications universitaires, 1983.
- VAN STEENBERGHEN, F.. *Maître Siger de Brabant*. Ed. Louvain, Publications Universitaires-Paris, Vander-Oyez, coll. “Philosophes médiévaux, XXI”, 1977.
- VAN STEENBERGHEN, F.. “Siger de Brabant et la condamnation de l'aristotélisme hétérodoxe le 7 mars 1277”, in *Bulletin de l'Académie Royale de Belgique* 64, 1978, pp. 63-74.
- WIPPEL, J.F.. “Siger of Brabant: What it Means to Proceed Philosophically”, in J.A. Aertsen et A. Speer (éds.), *Was ist Philosophie im Mittelalter? Akten des X. Internationalen Kongresses für mittelalterliche Philosophie der Société Internationale pour l'Étude de la Philosophie Médiévale*. Berlin-New-York, Walter de Gruyter, 1998, pp. 490-496.
- WIPPEL, J. F.. “Thomas Aquinas and Siger of Brabant on being and the science of being as being”. In *The Modern Schoolman*, LXXXII, janeiro, 2005, pp. 143-168.
- ZIMMERMANN, A.. *Ontologieo der Metaphysik? Die Diskussion über den Gegenstand der Metaphysik im 13. und 14. Jahrhundert*. Texte und Untersuchungen. Recherches de théologie et philosophie médiévales, Bibliotheca, 1. Leuven, Peeters, 1998.